

ATA

---- Pelas dezanove horas do dia dezasseis do mês de Março do ano de dois mil e vinte dois reuniu, em segunda convocatória, por estatutária insuficiência de presenças na primeira, a Assembleia Geral do Instituto Margarida de Chaves, em conformidade com a Convocatória (anexo 1) em dois do corrente mês de Março subscrita e difundida pelo Presidente da respectiva Mesa, Jeremias Pimentel, subordinada à seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

Ponto 1 – Leitura da Acta da Assembleia Geral anterior;-----

Ponto 2 – Tomar conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal;-----

Ponto 3 – Apresentação, apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2021;-----

Ponto 4 – Outros assuntos de interesse para a instituição;-----

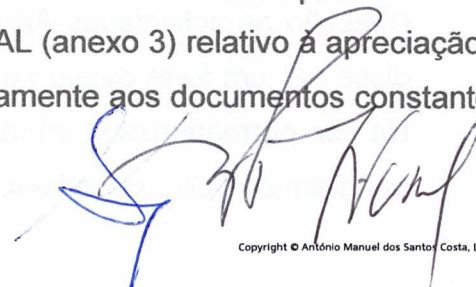
----- Nesta Assembleia foram respeitadas as medidas sanitárias extraordinárias para as Instituições Sociais e de Acção Social, determinadas pelas Autoridades Regionais de Saúde, no âmbito da “COVID-19.-----

-----Integraram a Mesa da Assembleia os sócios Jeremias Pimentel, José da Conceição Nunes e José Manuel Tavares Sousa, respectivamente Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. -----

----- Dando as boas vindas ao sócios, constantes da FOLHA DE REGISTO DE PRESENCAS (anexo 2), na qual previamente se identificaram, assinando-a de seguida, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e incumbiu o 1º Secretário de proceder à leitura da Convocatória da Sessão. -----

PONTO.1 – LEITURA DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANTERIOR - Seguidamente, o Presidente Jeremias Pimentel, entrando no cumprimento deste ponto 1 da OT, passou a palavra ao 1º Secretário, José Nunes, para que enunciasse o teor da Acta supracitada, o que este fez de imediato. Depois, submetida a mesma à apreciação da Assembleia, pediu a palavra o associado José M. T. Sousa para pedir esclarecimentos sobre um tema que, porque enquadrado no Ponto 4 da OT, por isso, ficou de ser tratado no decurso da abordagem do mesmo Ponto. Não havendo intervenções e uma vez posta à votação, foi a Acta em apreço aprovada por unanimidade, tal como foi apresentada. -----

PONTO.2 – TOMAR CONHECIMENTO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL – Uma vez entrados neste PONTO da OT, por incumbência do Presidente da Mesa procedeu o 1º Secretário à leitura do PARECER DO CONSELHO FISCAL (anexo 3) relativo à apreciação a que este Órgão Social atempadamente procedeu, relativamente aos documentos constantes



do ponto 2 da OT, sobre os quais lavrou sustentado parecer favorável à respectiva aprovação.-----

PONTO.3 – APRESENTAÇÃO, APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2021 – Uma vez que, tanto o RELATÓRIO E CONTAS (anexo 4), as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (anexo 5) e a ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE 2021 (anexo 6) haviam sido previamente facultados ao auditório, em suporte de papel, dos quais, por isso, se dispensou a respectiva leitura, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direcção, Antero Jerónimo Arruda Quental, para que este verbalizasse aspectos relevantes da administração e da gestão da instituição ao longo do período em análise, sobretudo os que considerasse como mais importantes da actividade desenvolvida e relevantes para os resultados atingidos durante o exercício em análise.-----

----- O Presidente da Direcção sublinhou, na sua intervenção, que a instituição, ciente da sua matriz fundacional e dos deveres para com a sociedade que serve, com prevalência para os mais desfavorecidos e menos capazes da comunidade, reforçou, ao longo do exercício, aquela função solidária, aumentando o número de refeições, a natureza do serviço prestado e o número de beneficiários, oriundos tanto da instituição como de outras entidades que a Cozinha Económica tem sido chamada a apoiar, tudo isto em função da prestimosa cooperação estabelecida no âmbito do protocolo firmado com o ISSA – Instituto de Segurança Social dos Açores, ao abrigo do qual foi possível aumentar o número de funcionários minimamente indispensáveis para a prática deste reforçado serviço social, sem os quais seria impossível atingir o âmbito, a expressão e a qualidade do serviço prestado.-----

----- Antero Quental, na sua explanação, informou ainda os sócios sobre aspectos gerais e particulares que condicionaram e orientaram a gestão da Direcção ao longo do exercício, nomeadamente na gestão patrimonial, no relacionamento com as instituições e entidades oficiais, na gestão dos recursos humanos e na ponderação das aspirações e das expectativas dos utentes beneficiários da instituição, manifestando contudo a convicção de haver razões suficientes para que os Órgãos Sociais do Instituto Margarida de Chaves tenham chegado ao fim do exercício em análise conscientes de que nem tudo o que seria desejável foi feito mas, porém, convictos do dever cumprido e satisfeitos com os resultados alcançados.-----

----- Foi ainda dada a palavra à Drª Sofia Rego, Directora Geral, que reporta junto da Direcção as actividades Administrativas e Financeiras, a qual o Presidente Antero Quental disse ser um forte esteio no apoio à Direcção, relativamente à gestão diária da Instituição. Na sua pormenorizada intervenção, a Drª Sofia Rego apresentou aos sócios uma detalhada panorâmica do quotidiano da Cozinha Económica, das dificuldades naturalmente

enfrentadas e em regra ultrapassadas, dos naturais problemas que derivam da natureza disfuncional dos seus utentes, do frutuoso trabalho em rede exercido em cooperação com outras instituições e, ainda, de alguns aspectos organizacionais que se têm conseguido agilizar e aperfeiçoar. E tudo isto tem sido possível, acrescentou ainda a Drª Sofia Rego, por ser fruto, sobretudo, das superiores orientações e decisões e do acompanhamento, próximo e quotidiano, por parte da própria Direcção, e, igualmente importante, graças à abnegada colaboração de todos os empregados que, com reconhecido espírito de servir, ajudam a que a Cozinha Económica/Instituto Margarida de Chaves, honrando a sua fundadora e prestigiando todos os que, até aos dias de hoje, lhe deram continuidade, se continue a afirmar como um indissociável ornamento no espírito de solidariedade que anima as estruturas integrantes do movimento sócio-caritativo de Ponta Delgada, em especial, e de S. Miguel no seu todo.-----

----- O Presidente da Mesa da AG passou, de seguida, a palavra ao Contabilista Certificado, Paulo Raposo, para que este fizesse uma abordagem aos aspectos mais relevantes no decurso do exercício e que mais influíram no movimento gerado e nos resultados alcançados, sintetizando o mesmo que, nas receitas, sobressaem as mensalidades dos utentes, as rendas de imóveis, a alienação de património e os subsídios oficiais, ao passo que, nas despesas, avultam a aquisição de bens e serviços e os gastos com pessoal, esclarecendo, por último, que, face à natureza dos rendimentos e à qualidade e expressão do serviço prestado, a instituição apresenta indicadores de solvabilidade que asseguram a normalidade da sua existência.-----

----- Uma vez escalpelizados, pelos referidos intervenientes, os documentos em análise, o Presidente da Mesa deu voz à Assembleia para que os sócios pudessem intervir relativamente aos temas deste PONTO.3 DA OT.-----

----- Intervieram diversos associados, nomeadamente Eduardo Medeiros, José Nunes, Paulo Raposo, José Francisco, José Manuel Sousa, Jeremias Pimentel, e Guilherme Cabral.

-----Resumidamente e de relevante interesse para a Acta, discutiu-se a manutenção contabilística de um crédito no SANTANDER (BANIF), tendo sido questionada a possibilidade de se diligenciar a interposição de um processo visando o reconhecimento de imparidade, tendo-se contudo contraposto que esta medida, caso vingasse, seria inócua em termos práticos, porquanto só teria expressão em “resultados anteriores”. Foi sugerido que se aguardasse pelo desfecho legal do processo, uma vez que ainda há um movimento de Credores a mexer-se, o que leva a ponderar que se deverá ser prudente, não avançando, para já, com o reconhecimento das imparidades.-----

----- Mereceu também reflexão o modo como são distribuídas, junto ao portão da rua, as refeições para carenciados, o que poderá não abonar muito, a favor da instituição, a imagem

que esta prática reflecte. Foi esclarecido que a Cozinha Económica cumpre, também neste serviço, o melhor que as suas instalações lhe permitem. Foi a propósito sugerido que fossem encontradas respostas, para apoio adequado, junto das entidades oficiais – nomeadamente ISSA e edilidade pontadelgadense. Enquanto outra solução melhor não for encontrada, a Direcção mantém a disponibilidade para garantir a prestação deste serviço, mas somente nas condições actuais, pois que, dadas as características dos utentes com que nestes apoios se lida, não há condições para se manter, dentro de portas, este fornecimento de refeições, e até os funcionários e a própria Direcção, por uma questão de segurança pessoal e patrimonial, se manifestam relutantes em aceitar a inclusão de estranhos “complicados” nas instalações da instituição.

----- Questionada a Direcção sobre a receptividade das entidades oficiais para apoiarem as obras de reconstrução de imóvel, devoluto e em degradação, o Presidente Antero Quental esclareceu haver dificuldades em obter respostas das referidas entidades, o que não era ainda um problema, nem para agora nem para os tempos mais próximos, porquanto não existem empresas nem mão de obra disponíveis para assegurar a realização dos trabalhos de recuperação necessários.

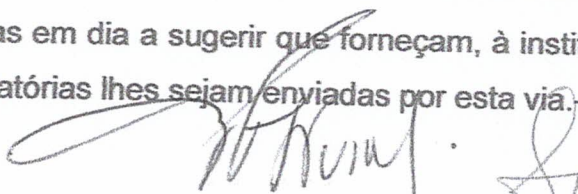
----- Não havendo mais intervenções no âmbito deste PONTO.3 da OT, o Presidente da Mesa submeteu à votação o RELATÓRIO e as CONTAS do ano de 2021, documentos estes que foram aprovados por unanimidade.

PONTO.5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A INSTITUIÇÃO - Neste ponto foi recuperada a questão que havia sido colocada no PONTO.1 pelo sócio José Manuel Tavares Sousa, o qual justificou anteriores ausências em Assembleias Gerais efectuadas no actual mandato com o facto de não ter sido convocado para o efeito. Esclareceu o Presidente da Mesa da Assembleia Geral que as Convocatórias são publicadas, nos termos legais, na imprensa local. Considerou não ser moralmente exigível o envio de convocatórias pelo correio a todos os sócios, face ao elevado custo desta medida, tanto mais que muitos dos sócios não pagam quotas e, estas, têm um valor simbólico de 5 a 10 euros anuais.

Foi esclarecido que os sócios com o pagamento da quotização em atraso superior a um ano não se encontram no pleno gozo dos seus direitos estatutários, pelo que não deverão nem poderão ser contactados para participar em Assembleias.

Como orientação a seguir no futuro, mereceram aparente consenso maioritário as propostas aventadas no sentido de:

- 1 . Continuar a fazer as convocatórias para as Assembleias Gerais nos termos usuais, via imprensa.
- 2 . Contactar os sócios com as quotas em dia a sugerir que forneçam, à instituição, os seus e-mails pessoais para que as convocatórias lhes sejam enviadas por esta via.

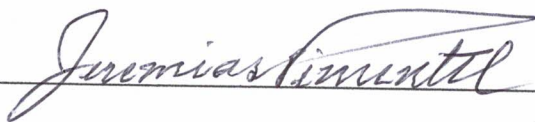


3 . Garantir sobretudo que, seja via telefónica ou via e-mail, os membros dos Órgãos Sociais acedam atempadamente à Convocatória que lhes foi enviada.-----

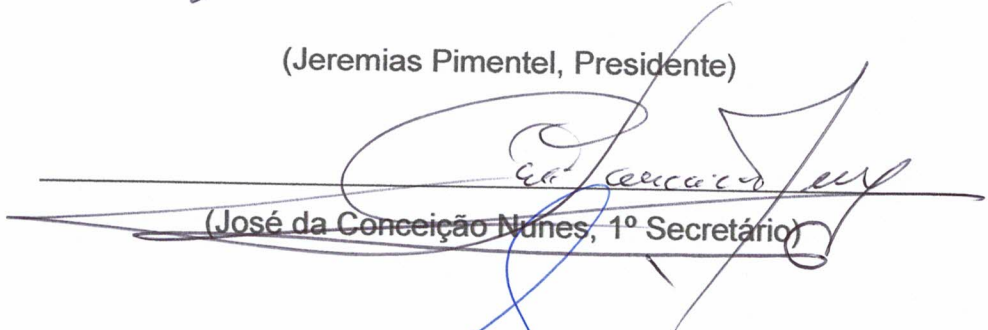
----- Reconhecendo-se a importância da participação da Drª Sofia Rego nas Assembleias Gerais, foi questionada a razão porque tal não havia sucedido antes do mandato em curso. A mesma esclareceu que, antes, nunca foi convidada para o efeito, mas que, agora, não só pela sua condição de sócio mas, também, face às funções que na instituição desempenha, acedeu com muita disponibilidade e apreço ao convite que lhe foi feito pelo actual Presidente da Direcção para o acompanhar nas Assembleias Gerais.-----

----- Nada mais havendo a tratar, quando eram vinte horas e trinta minutos deu o Presidente da Mesa, Jeremias Pimentel, por encerrados os trabalhos desta Assembleia Geral, sobre os quais, por mim, 1º Secretário, José da Conceição Nunes, foi lavrada a presente Acta, que os membros da Mesa, por a acharem conforme, vão de seguida assinar. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



(Jeremias Pimentel, Presidente)


(José da Conceição Nunes, 1º Secretário)
(José Manuel Tavares Sousa, 2º Secretário)